

01/08/2012

PLENÁRIO

DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

RELATOR DO INCIDENTE	: MINISTRO PRESIDENTE
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RÉU(É)(S)	: JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA
RÉU(É)(S)	: JOSÉ GENOÍNO NETO
ADV.(A/S)	: SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES
RÉU(É)(S)	: DELÚBIO SOARES DE CASTRO
ADV.(A/S)	: CELSO SANCHEZ VILARDI
RÉU(É)(S)	: SÍLVIO JOSÉ PEREIRA
ADV.(A/S)	: GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ
RÉU(É)(S)	: MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA
ADV.(A/S)	: MARCELO LEONARDO
RÉU(É)(S)	: RAMON HOLLERBACH CARDOSO
ADV.(A/S)	: HERMES VILCHEZ GUERRERO
RÉU(É)(S)	: CRISTIANO DE MELLO PAZ
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S)	: CAROLINA GOULART MODESTO GUIMARÃES
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO
ADV.(A/S)	: IZABELLA ARTUR COSTA
RÉU(É)(S)	: ROGÉRIO LANZA TOLENTINO
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
RÉU(É)(S)	: SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS
ADV.(A/S)	: LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY
ADV.(A/S)	: DANIELA VILLANI BONACCORSI
RÉU(É)(S)	: GEIZA DIAS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
RÉU(É)(S)	: KÁTIA RABELLO
ADV.(A/S)	: THEODOMIRO DIAS NETO
RÉU(É)(S)	: JOSE ROBERTO SALGADO
ADV.(A/S)	: MÁRCIO THOMAZ BASTOS
RÉU(É)(S)	: VINÍCIUS SAMARANE

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

ADV.(A/S)	:JOSÉ CARLOS DIAS
RÉU(É)(S)	:AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS
ADV.(A/S)	:ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
RÉU(É)(S)	:JOÃO PAULO CUNHA
ADV.(A/S)	:ALBERTO ZACHARIAS TORON
RÉU(É)(S)	:LUIZ GUSHIKEN
ADV.(A/S)	:JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO
RÉU(É)(S)	:HENRIQUE PIZZOLATO
ADV.(A/S)	:MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
RÉU(É)(S)	:PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO
ADV.(A/S)	:EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
RÉU(É)(S)	:JOSE MOHAMED JANENE
ADV.(A/S)	:MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
RÉU(É)(S)	:PEDRO HENRY NETO
ADV.(A/S)	:JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES
RÉU(É)(S)	:JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU
ADV.(A/S)	:MARCO ANTONIO MENEGHETTI
RÉU(É)(S)	:ENIVALDO QUADRADO
ADV.(A/S)	:PRISCILA CORRÊA GIOIA
RÉU(É)(S)	:BRENO FISCHBERG
ADV.(A/S)	:LEONARDO MAGALHÃES AVELAR
RÉU(É)(S)	:CARLOS ALBERTO QUAGLIA
PROC.(A/S)(ES)	:DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RÉU(É)(S)	:VALDEMAR COSTA NETO
ADV.(A/S)	:MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É)(S)	:JACINTO DE SOUZA LAMAS
ADV.(A/S)	:DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É)(S)	:ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS
ADV.(A/S)	:DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É)(S)	:CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES)
ADV.(A/S)	:MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É)(S)	:ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
ADV.(A/S)	:LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA
RÉU(É)(S)	:EMERSON ELOY PALMIERI
ADV.(A/S)	:ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

ADV.(A/S)	:HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA
RÉU(É)(S)	:ROMEU FERREIRA QUEIROZ
ADV.(A/S)	:JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S)	:RONALDO GARCIA DIAS
ADV.(A/S)	:FLÁVIA GONÇALVES DE QUEIROZ
ADV.(A/S)	:DALMIR DE JESUS
RÉU(É)(S)	:JOSÉ RODRIGUES BORBA
ADV.(A/S)	:INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
RÉU(É)(S)	:PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA
ADV.(A/S)	:MÁRCIO LUIZ DA SILVA
ADV.(A/S)	:DESIRÉE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES
ADV.(A/S)	:JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO
RÉU(É)(S)	:ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA
ADV.(A/S)	:LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESMA MOTA
RÉU(É)(S)	:LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO)
ADV.(A/S)	:MÁRCIO LUIZ DA SILVA
RÉU(É)(S)	:JOÃO MAGNO DE MOURA
ADV.(A/S)	:OLINTO CAMPOS VIEIRA
RÉU(É)(S)	:ANDERSON ADAUTO PEREIRA
ADV.(A/S)	:ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É)(S)	:JOSÉ LUIZ ALVES
ADV.(A/S)	:ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É)(S)	:JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA)
ADV.(A/S)	:LUCIANO FELDENS
RÉU(É)(S)	:ZILMAR FERNANDES SILVEIRA
ADV.(A/S)	:LUCIANO FELDENS

EMENTA: 10ª QUESTÃO DE ORDEM. RESOLUÇÃO DE PEDIDOS ATINENTES À ORGANIZAÇÃO DO JULGAMENTO DESTA AP.

1. A sustentação oral consubstancia importante instrumento de operacionalização da ampla defesa. A faculdade em que se traduz esse meio de exposição das razões defensivas, por outra volta, não autoriza concluir pela fuga da própria essência das sustentações orais. Até porque eventual recurso gráfico ou quadro esquemático pode ser entregue aos ministros por meio de memoriais

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

2. Questão de ordem resolvida para: a) indeferir o pedido de uso de sistema audiovisual na sustentação oral, ficando prejudicado o requerimento de disponibilização de equipamentos por este STF; b) consignar que as sustentações orais dos acusados serão chamadas pelo Presidente na ordem da denúncia e que a **previsão** é de que as sessões de julgamento tenham duração de cinco horas. Donde a impossibilidade de, **neste momento**, fixar data e horário para esta e aquela sustentação oral; c) determinar o envio das petições ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa para ulterior juntada aos autos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em resolver a questão de ordem no sentido de indeferir o pedido de uso de sistema audiovisual na sustentação oral, prejudicado o requerimento de disponibilização de equipamentos por este Tribunal, vencidos os Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Celso de Mello e Dias Toffoli, que admitiam o uso de sistema audiovisual desde que providenciado pelo acusado, a sua conta e risco. Consignar, por unanimidade, que as sustentações orais dos acusados serão chamadas pelo Presidente na ordem da denúncia e que a previsão é de que as sessões de julgamento tenham duração de cinco horas, pelo que não é possível, neste momento, fixar data e horário para esta e aquela sustentação oral. Também consignar que, se por razões justificadas, a parte não puder sustentar oralmente suas razões no dia em que deveria fazê-lo, observada a ordem da denúncia, a ela estará assegurada a sustentação no último dia do calendário estabelecido. Tudo em sessão presidida pelo Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas.

Brasília, 1º de agosto de 2012.

MINISTRO AYRES BRITTO - PRESIDENTE

01/08/2012

PLENÁRIO

DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

RELATOR DO INCIDENTE	: MINISTRO PRESIDENTE
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RÉU(É)(S)	: JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA
RÉU(É)(S)	: JOSÉ GENOÍNO NETO
ADV.(A/S)	: SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES
RÉU(É)(S)	: DELÚBIO SOARES DE CASTRO
ADV.(A/S)	: CELSO SANCHEZ VILARDI
RÉU(É)(S)	: SÍLVIO JOSÉ PEREIRA
ADV.(A/S)	: GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ
RÉU(É)(S)	: MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA
ADV.(A/S)	: MARCELO LEONARDO
RÉU(É)(S)	: RAMON HOLLERBACH CARDOSO
ADV.(A/S)	: HERMES VILCHEZ GUERRERO
RÉU(É)(S)	: CRISTIANO DE MELLO PAZ
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S)	: CAROLINA GOULART MODESTO GUIMARÃES
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO
ADV.(A/S)	: IZABELLA ARTUR COSTA
RÉU(É)(S)	: ROGÉRIO LANZA TOLENTINO
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
RÉU(É)(S)	: SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS
ADV.(A/S)	: LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY
ADV.(A/S)	: DANIELA VILLANI BONACCORSI
RÉU(É)(S)	: GEIZA DIAS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
RÉU(É)(S)	: KÁTIA RABELLO
ADV.(A/S)	: THEODOMIRO DIAS NETO
RÉU(É)(S)	: JOSE ROBERTO SALGADO
ADV.(A/S)	: MÁRCIO THOMAZ BASTOS
RÉU(É)(S)	: VINÍCIUS SAMARANE

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

ADV.(A/S)	:JOSÉ CARLOS DIAS
RÉU(É)(S)	:AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS
ADV.(A/S)	:ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
RÉU(É)(S)	:JOÃO PAULO CUNHA
ADV.(A/S)	:ALBERTO ZACHARIAS TORON
RÉU(É)(S)	:LUIZ GUSHIKEN
ADV.(A/S)	:JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO
RÉU(É)(S)	:HENRIQUE PIZZOLATO
ADV.(A/S)	:MARTHUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
RÉU(É)(S)	:PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO
ADV.(A/S)	:EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
RÉU(É)(S)	:JOSE MOHAMED JANENE
ADV.(A/S)	:MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
RÉU(É)(S)	:PEDRO HENRY NETO
ADV.(A/S)	:JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES
RÉU(É)(S)	:JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU
ADV.(A/S)	:MARCO ANTONIO MENEGHETTI
RÉU(É)(S)	:ENIVALDO QUADRADO
ADV.(A/S)	:PRISCILA CORRÊA GIOIA
RÉU(É)(S)	:BRENO FISCHBERG
ADV.(A/S)	:LEONARDO MAGALHÃES AVELAR
RÉU(É)(S)	:CARLOS ALBERTO QUAGLIA
PROC.(A/S)(ES)	:DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RÉU(É)(S)	:VALDEMAR COSTA NETO
ADV.(A/S)	:MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É)(S)	:JACINTO DE SOUZA LAMAS
ADV.(A/S)	:DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É)(S)	:ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS
ADV.(A/S)	:DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É)(S)	:CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES)
ADV.(A/S)	:MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É)(S)	:ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
ADV.(A/S)	:LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA
RÉU(É)(S)	:EMERSON ELOY PALMIERI
ADV.(A/S)	:ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

ADV.(A/S)	:HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA
RÉU(É)(S)	:ROMEU FERREIRA QUEIROZ
ADV.(A/S)	:JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S)	:RONALDO GARCIA DIAS
ADV.(A/S)	:FLÁVIA GONÇALVES DE QUEIROZ
ADV.(A/S)	:DALMIR DE JESUS
RÉU(É)(S)	:JOSÉ RODRIGUES BORBA
ADV.(A/S)	:INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
RÉU(É)(S)	:PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA
ADV.(A/S)	:MÁRCIO LUIZ DA SILVA
ADV.(A/S)	:DESIRÉE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES
ADV.(A/S)	:JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO
RÉU(É)(S)	:ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA
ADV.(A/S)	:LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESMA MOTA
RÉU(É)(S)	:LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO)
ADV.(A/S)	:MÁRCIO LUIZ DA SILVA
RÉU(É)(S)	:JOÃO MAGNO DE MOURA
ADV.(A/S)	:OLINTO CAMPOS VIEIRA
RÉU(É)(S)	:ANDERSON ADAUTO PEREIRA
ADV.(A/S)	:ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É)(S)	:JOSÉ LUIZ ALVES
ADV.(A/S)	:ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É)(S)	:JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA)
ADV.(A/S)	:LUCIANO FELDENS
RÉU(É)(S)	:ZILMAR FERNANDES SILVEIRA
ADV.(A/S)	:LUCIANO FELDENS

RELATÓRIO**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE):**

As defesas de José Eduardo Cavalcanti de Mendonça, Zilmar Fernandes Silveira, Antônio Lamas, Jacinto Lamas, Delúbio Soares de Castro, Henrique Pizzolato e João Paulo Cunha formulam pedidos atinentes à organização do julgamento desta ação penal, da relatoria do

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

ministro Joaquim Barbosa. Pedidos, respectivamente, deduzidos nas petições 33.016, 34.425, 37.623, 36.333 e 38.005.

2. A defesa de José Eduardo Cavalcanti de Mendonça e Zilmar Fernandes Silveira (petição nº 33016) requer autorização para usar sistema audiovisual (data show) na oportunidade da sustentação oral de suas razões e a “disponibilização do equipamento pelo Supremo Tribunal Federal.” Nessa mesma linha, os advogados de Delúbio Soares e João Paulo Cunha postulam a disponibilização de “sistema de projeção visual” na sessão de julgamento desta ação penal.

3. Prossigo para anotar que a defesa de Antônio e Jacinto Lamas postula a oficialização da data de início do julgamento e a intimação das defesas, a definição de cronograma das sustentações orais e o chamamento conjunto das sustentações orais destes denunciados.

4. A seu turno, Henrique Pizzolato (petição 36333) pleiteia a definição da ordem das sustentações orais.

5. É o relatório.

01/08/2012

PLENÁRIO

DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE):

Feita a síntese dos pedidos defensivos, começo pela consideração de que o julgamento da AP 470, da relatoria do ministro Joaquim Barbosa, será iniciado em 02 de agosto de 2012, conforme a pauta de julgamentos divulgada em 27 de junho de 2012 e publicada em 28 de junho de 2012 (DJE nº 126/2012). Nessa mesma oportunidade, foram convocadas sessões extraordinárias para os dias: 03, 06, 07, 09, 10, 13, 14, 16, 20, 23, 27 e 30 de agosto.

7. Assim postas as coisas, percebe-se a fragilidade da alegação da defesa de Antônio e Jacinto Lamas de que os advogados não foram “*[...] intimados de nada, nem mesmo da data divulgada de forma ampla pela imprensa.*”

8. Prossigo para anotar que, na linha do que foi decidido na 9ª Questão de Ordem na AP 470 e proposto pelos ministros (§1º do art. 245 do RI/STF) na 5ª Sessão Administrativa (06 de junho de 2012), o primeiro dia de julgamento será destinado à leitura sintetizada do relatório e eventual aditamento ou retificação do revisor, além da sustentação oral da acusação.

9. Nos dias seguintes, as defesas sustentarão oralmente as suas razões, na ordem da denúncia, após o que o relator proferirá seu voto. A **previsão** é de que as sessões de julgamento tenham a duração de cinco horas.

10. Já me encaminhando para o desfecho desta questão de ordem, consigno que a sustentação oral consubstancia importante instrumento de operacionalização da ampla defesa. A faculdade em que se traduz esse meio de exposição das razões defensivas, por outra volta, não autoriza concluir pela fuga da própria essência das sustentações orais. Até porque eventual recurso gráfico ou quadro esquemático pode ser entregue aos

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

ministros por meio de memoriais.

11. Esse o quadro, resolvo a questão de ordem para:

a) indeferir o pedido de uso de sistema audiovisual na sustentação oral, ficando prejudicado o requerimento de disponibilização de equipamentos por este STF;

b) consignar que as sustentações orais dos acusados serão chamadas pelo Presidente na ordem da denúncia e que a **previsão** é de que as sessões de julgamento tenham duração de cinco horas. Pelo que não é possível, **neste momento**, fixar data e horário para esta e aquela sustentação oral;

c) determinar o envio das petições ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa para ulterior juntada aos autos.

01/08/2012

PLENÁRIO

DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS**ADITAMENTO AO VOTO**

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Claro que não é um indeferimento **ad eternum**, fechado, intransigente, que nós sabemos da evolução dos mecanismos informáticos, eletrônicos de comunicação, mas é que são visíveis, pelo menos neste momento, os inconvenientes.

A sustentação é oral, em rigor, não audiovisual, embora isso possa ser afastado, mas abriríamos um precedente para os demais julgamentos, pelo País inteiro, onde, ao que parece, não há ainda estrutura para tanto. Há vistosas incompatibilidades técnicas, formato dos arquivos e distintas versões dos programas "power point", erros de leitura de arquivo e/ou de "pen drive", incompatibilidade de "pen drive" com a disponibilidade dos nossos aparelhos, eventualmente, inoperância do sistema ocasionando a famosa "possibilidade de inoperância", ocasionando o travamento, problemas de visualização da tela pelos Ministros, pelo público e, sobretudo, pelos Ministros da Casa: reflexos, distância, etc. E a concessão a ser deferida há de ser estendida aos demais réus da ação, que certamente pedirão adiamento das sustentações para prepararem os seus mecanismos de projeção audiovisual das respectivas razões.

Segundo: eu consigno que as sustentações orais dos acusados serão chamadas pelo Presidente, na ordem da denúncia, e que a previsão é de que as sessões de julgamento tenham a duração de cinco horas, pelo que não é possível, neste momento, fixar data e horário para esta e aquela sustentação oral.

Por fim, eu determino o envio das petições ao Gabinete do Ministro Joaquim Barbosa para ulterior juntada aos autos.

É como eu resolvo a presente questão de ordem.

###

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

01/08/2012

PLENÁRIO

DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

DEBATE

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Quais petições, Senhor Presidente?

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Todas essas.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Todas essas?

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Todas essas que listei.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Senhor Presidente, com relação a essa última questão, eu acho que não há o que decidir. Não há dúvida. As sustentações orais far-se-ão pela ordem dos denunciados, tal como está na denúncia.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - É como estou resolvendo a questão de ordem.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: *Se algum dos réus, por justa razão, não* tiver condições de proceder à sustentação oral de sua defesa no dia designado no calendário, nada impedirá que lhe seja garantido o direito de proceder a essa mesma sustentação oral no último dia.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - No último dia.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Isso significa que *nenhum réu* ficará impossibilitado de fazer a sustentação oral de suas razões de defesa. Desse modo, **observar-se-á, de maneira inteiramente fiel** ao texto da Constituição, a **garantia essencial** do contraditório e da plenitude de defesa.

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Presidente, eu estou de acordo com a solução dada por Vossa Excelência, eu apenas manifesto minha dúvida quanto à possibilidade de usar meios modernos para demonstrar os argumentos da defesa. Este Tribunal tem se caracterizado por ser um dos pioneiros na implantação do processo eletrônico. Vossa Excelência acaba de deferir também, e como Presidente da Segunda Turma, eu anuí sem qualquer constrangimento, a possibilidade da utilização de telões para que assistentes pudessem, fora do recinto do Plenário, assistir as sessões de julgamento da Ação Penal 470.

Eu penso que nós temos que evoluir, Senhor Presidente, e o Supremo Tribunal Federal tem que dar o exemplo, no sentido desta evolução. Eu penso que se nós dermos um exemplo e esse exemplo se alastrar para as outras Cortes do país, não será algo negativo, mas será algo positivo. Só que, ao invés de nós providenciarmos os meios eletrônicos e as facilidades, eu creio que se o advogado trazer um "power point", por sua conta e risco...

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Por sua conta e risco!

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Inclusive, por sua conta e risco, ou um quadro demonstrativo para fazer fluxogramas, eu creio que isso faz parte do direito à ampla defesa, com todos os meios e recursos que a Constituição garante.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: **Também eu**, Senhor Presidente, **entendo que são procedentes** as ponderações ora formuladas pelo eminente Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, **Revisor** da presente causa penal. **O tempo** de 60 (sessenta) minutos, **assegurado** a cada réu, **pertence-lhe** de pleno direito e, *nele*, **o acusado** poderá valer-se **de todos** os meios que reputar essenciais à condução de sua defesa técnica, **inclusive** mediante utilização de quadros esquemáticos **ou** de sistemas audiovisuais, **notadamente** se a própria defesa **fornecer** o material necessário, **em ordem a superar** eventuais problemas de caráter

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

operacional.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Exatamente.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - E serão muitos.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: É claro que eventuais problemas de ordem operacional, **quando imputáveis** à parte, serão considerados no cômputo do prazo legal de 60 (sessenta) minutos.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Exatamente, ou problema de visualização por parte dos Ministros.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Mas aí se coloca o problema de um cerceamento de defesa. Presidente, eu vou em apoio à posição que Vossa Excelência defendeu, sem prejuízo de nós refletirmos sobre essa questão.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Sem dúvida, eu coloquei isso.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Agora, é um julgamento, a engenharia...

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - A logística é difícil.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A logística que isso envolve é tão complexa. Eu até lembrava, quando se discutia esse assunto, que, nas dezenas ou centenas de apresentações que vi, inclusive no Palácio do Planalto, sempre havia aquilo que se chamava o "efeito calhorda", quando se anunciava uma demonstração pelo sistema de computador, o computador falhava, e a partir daí, então, toda aquela cena de constrangimento.

E neste caso nós não estamos a falar de apresentação de um programa, nós estamos a falar da defesa dessas pessoas sem que o Tribunal tenha se preparado para isso.

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Ministro, Vossa Excelência me permite? O TSE, de longa data, vem se utilizando de meios audiovisuais para fazer julgamentos, com absoluta tranquilidade. Isso já é algo absolutamente rotineiro. E justamente por ser atípico neste Tribunal e envolver inclusive a discussão de gráficos, fluxos de recursos do território nacional para o exterior, é difícil verbalizar isso, nós temos que dar o direito aos advogados.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Nada que não se possa colocar numa planilha. Eu também entendo que é possível, agora, o próprio Tribunal teria que se adequar a essa nova realidade.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Poderemos fazer isso com o tempo, mas diante do gigantismo desta causa.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Exatamente, com a possibilidade inclusive de demora, nós estamos trabalhando com limites temporais muito claros. Eu fico a imaginar, por exemplo, se se decida exibir um filme, por que não?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Sim, dentro da hora dele.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Veja, quando, na verdade, tudo isso se pode fazer de maneira efetiva com os textos escritos, com a apresentação das planilhas, com o "Excel" ou outro sistema.

Em suma, a mim me parece, Presidente, que tendo em vista toda a delicadeza - e Vossa Excelência tem se dedicado tanto...

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - E a complexidade.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E a complexidade, deve ser preservada a posição defendida por Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Senhor Presidente, eu não me pronunciei ainda, acho que, como Relator, devo me pronunciar da maneira mais clara possível.

Eu entendo o seguinte: não tenho nenhuma objeção a que os réus, que alguns poucos réus, utilizem esses sistemas, mas, como disse o

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

Ministro Lewandowski, à sua conta e risco. Ou seja, que ele traga os equipamentos, que instale os equipamentos e corra o risco de esses equipamentos não funcionarem dentro do prazo de uma hora. Se isso acontecer, ele é que correu o risco.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Bem, eu que estou fazendo essa formatação de uma logística extremamente complexa no plano de TI, no plano de segurança, alocação de...

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - O Tribunal não vai mudar nada na sua configuração.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - O Relator é que conhece a complexidade, *data venia*, mais do que ninguém.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Claro que podemos nos preparar para isso no futuro, agora, experimentarmos essa tecnologia?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Mas o futuro é hoje, Presidente; o futuro é hoje. Não estamos premidos por tempo, *data venia*, nós temos um cronograma, se atrasar meia hora, uma hora, isso não vai influir absolutamente em nada, porque, repito, não há prescrição à vista durante o julgamento, não há nenhum problema técnico insuperável, com todo o respeito.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Mas, Excelência, estou ponderando que experimentarmos essa tecnologia numa causa como essa, acho extremamente temerário.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Nós temos que mergulhar na modernidade, temos que dar o exemplo.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Entendo que a utilização de recursos tecnológicos, *a critério da defesa*, **torna mais intensa** a garantia constitucional da plenitude de defesa que a Constituição **a todos** assegura.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

RELATOR) - Ministro, isso é o óbvio; mas é o óbvio isso.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Pois é, Senhor Presidente, às vezes é necessário insistir no óbvio para que não se frustrem **preciosas** garantias fundamentais que Constituição da República **institui** em favor *de qualquer* acusado...

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - É por isso que eu estou dizendo a Vossa Excelência e aos demais Ministros, nós devemos - eu comecei dizendo isso - nos preparar para nos adaptar a essa realidade tecnológica.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: *Adaptemo-nos, então, Senhor Presidente, aqui e agora.*

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Agora, neste momento, eu acho inviável, para não dizer extremamente temerário.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Não vejo qualquer dificuldade de ordem material, **especialmente** se a defesa providenciar os instrumentos de que necessita.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Exatamente. Presidente, se a Suprema Corte do País não tiver condições de permitir que o advogado, no exercício da ampla defesa, use um "power point", use uma lousa para fazer um fluxograma e para melhor demonstrar sua tese, quem terá neste País?

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Muito bem, Excelência. É um ponto de vista que eu respeito.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Mas, aí, o deferimento tem que ser em parte, porque o pedido é para

AP 470 QO-DÉCIMA / MG

que o Supremo providencie os equipamentos.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Não. É o advogado que vai.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Não. O pedido é para que o Supremo providencie.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Mas o Supremo pode deferir em menor extensão.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Em menor extensão.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Eu resolvo a questão de ordem pelo indeferimento, denegando.

01/08/2012**PLENÁRIO****DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS****VOTO****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Eu, inicialmente, tendia a acompanhar Vossa Excelência. Mas, ficando consignado que é um deferimento em parte, na medida em que o advogado terá que trazer o equipamento, não sendo da responsabilidade do Supremo, e dentro do limite de uma hora, a parte assumindo os riscos...

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE E RELATOR) - Vossa Excelência resolve a questão de ordem pelo deferimento.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Pedindo vênua a Vossa Excelência, defiro em parte. Nas demais questões, acompanho Vossa Excelência.

01/08/2012**PLENÁRIO****DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS****VOTO**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, eu defiro em parte também e acompanho, na íntegra, as demais decisões sugeridas por Vossa Excelência. Na questão dos recursos audiovisuais, defiro em parte. Ou seja, desde que o advogado se responsabilize pelo funcionamento e também por trazer esses recursos por conta e risco próprios.

01/08/2012

PLENÁRIO

DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Senhor Presidente, foi o que acabei de dizer. Com relação ao outro tópico, deixo consignado também, por escrito, que as sustentações orais ocorrerão segundo a ordem da denúncia.

01/08/2012

PLENÁRIO

DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Senhor Presidente, **se** a parte, *por justa causa*, **não** puder sustentar, *oralmente*, as suas razões de defesa **no dia** em que deveria fazê-lo, **entendo** que a ela **deverá** ser assegurado o direito de realizá-la no último dia do calendário que se estabeleceu.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Concorde com as ponderações do Ministro Celso de Mello.

xxx

01/08/2012

PLENÁRIO

DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhor Presidente, em princípio, não teria nada a objetar. Parece-me que o uso de recursos eletrônicos, nos termos em que foi pedido, não é necessário. Basta que se junte uma mídia eletrônica, que nós acompanharemos todo o fluxo no computador.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

DÉCIMA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR DO INCIDENTE : MINISTRO PRESIDENTE

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RÉU(É) (S) : JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

ADV. (A/S) : JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA

RÉU(É) (S) : JOSÉ GENOÍNO NETO

ADV. (A/S) : SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES

RÉU(É) (S) : DELÚBIO SOARES DE CASTRO

ADV. (A/S) : CELSO SANCHEZ VILARDI

RÉU(É) (S) : SÍLVIO JOSÉ PEREIRA

ADV. (A/S) : GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ

RÉU(É) (S) : MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA

ADV. (A/S) : MARCELO LEONARDO

RÉU(É) (S) : RAMON HOLLERBACH CARDOSO

ADV. (A/S) : HERMES VILCHEZ GUERRERO

RÉU(É) (S) : CRISTIANO DE MELLO PAZ

ADV. (A/S) : CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO

ADV. (A/S) : JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO

ADV. (A/S) : CAROLINA GOULART MODESTO GUIMARÃES

ADV. (A/S) : CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO

ADV. (A/S) : IZABELLA ARTUR COSTA

RÉU(É) (S) : ROGÉRIO LANZA TOLENTINO

ADV. (A/S) : PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA

RÉU(É) (S) : SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS

ADV. (A/S) : LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY

ADV. (A/S) : DANIELA VILLANI BONACCORSI

RÉU(É) (S) : GEIZA DIAS DOS SANTOS

ADV. (A/S) : PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA

RÉU(É) (S) : KÁTIA RABELLO

ADV. (A/S) : THEODOMIRO DIAS NETO

RÉU(É) (S) : JOSE ROBERTO SALGADO

ADV. (A/S) : MÁRCIO THOMAZ BASTOS

RÉU(É) (S) : VINÍCIUS SAMARANE

ADV. (A/S) : JOSÉ CARLOS DIAS

RÉU(É) (S) : AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS

ADV. (A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

RÉU(É) (S) : JOÃO PAULO CUNHA

ADV. (A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON

RÉU(É) (S) : LUIZ GUSHIKEN

ADV. (A/S) : JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO

RÉU(É) (S) : HENRIQUE PIZZOLATO

ADV. (A/S) : MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO

RÉU(É) (S) : PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO

ADV. (A/S) : EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO



RÉU(É) (S) : JOSE MOHAMED JANENE
ADV. (A/S) : MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
RÉU(É) (S) : PEDRO HENRY NETO
ADV. (A/S) : JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES
RÉU(É) (S) : JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU
ADV. (A/S) : MARCO ANTONIO MENEGHETTI
RÉU(É) (S) : ENIVALDO QUADRADO
ADV. (A/S) : PRISCILA CORRÊA GIOIA
RÉU(É) (S) : BRENO FISCHBERG
ADV. (A/S) : LEONARDO MAGALHÃES AVELAR
RÉU(É) (S) : CARLOS ALBERTO QUAGLIA
PROC. (A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RÉU(É) (S) : VALDEMAR COSTA NETO
ADV. (A/S) : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É) (S) : JACINTO DE SOUZA LAMAS
ADV. (A/S) : DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É) (S) : ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS
ADV. (A/S) : DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É) (S) : CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES)
ADV. (A/S) : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É) (S) : ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
ADV. (A/S) : LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA
RÉU(É) (S) : EMERSON ELOY PALMIERI
ADV. (A/S) : ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS
ADV. (A/S) : HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA
RÉU(É) (S) : ROMEU FERREIRA QUEIROZ
ADV. (A/S) : JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV. (A/S) : RONALDO GARCIA DIAS
ADV. (A/S) : FLÁVIA GONÇALVES DE QUEIROZ
ADV. (A/S) : DALMIR DE JESUS
RÉU(É) (S) : JOSÉ RODRIGUES BORBA
ADV. (A/S) : INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
RÉU(É) (S) : PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA
ADV. (A/S) : MÁRCIO LUIZ DA SILVA
ADV. (A/S) : DESIRÊE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES
ADV. (A/S) : JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO
RÉU(É) (S) : ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA
ADV. (A/S) : LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESMA MOTA
RÉU(É) (S) : LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO)
ADV. (A/S) : MÁRCIO LUIZ DA SILVA
RÉU(É) (S) : JOÃO MAGNO DE MOURA
ADV. (A/S) : OLINTO CAMPOS VIEIRA
RÉU(É) (S) : ANDERSON ADAUTO PEREIRA
ADV. (A/S) : ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É) (S) : JOSÉ LUIZ ALVES
ADV. (A/S) : ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É) (S) : JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA)
ADV. (A/S) : LUCIANO FELDENS
RÉU(É) (S) : ZILMAR FERNANDES SILVEIRA



ADV.(A/S) : LUCIANO FELDENS

Decisão: O Tribunal, por maioria, resolveu a questão de ordem no sentido de indeferir o pedido de uso de sistema audiovisual na sustentação oral, prejudicado o requerimento de disponibilização de equipamentos por este Tribunal, vencidos os Senhores Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Celso de Mello e Dias Toffoli, que admitiam o uso de sistema audiovisual desde que providenciado pelo acusado, a sua conta e risco. Consignado, por unanimidade, que as sustentações orais dos acusados serão chamadas pelo Presidente na ordem da denúncia e que a previsão é de que as sessões de julgamento tenham duração de cinco horas, pelo que não é possível, neste momento, fixar data e horário para esta e aquela sustentação oral. Fica também consignado que, se por razões justificadas, a parte não puder sustentar oralmente suas razões no dia em que deveria fazê-lo, observada a ordem da denúncia, a ela estará assegurada a sustentação no último dia do calendário estabelecido. Ausentes, neste julgamento, os Senhores Ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Ayres Britto. Plenário, 01.08.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Assessor-Chefe do Plenário